



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: JAIR TATTO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
DATA: 25 DE FEVEREIRO DE 2022

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Exibição de imagens

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Bom dia a todos. Na qualidade de Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, declaro abertos os trabalhos da primeira audiência pública semipresencial desta Comissão do ano 2022. Esta audiência tem como tema as metas fiscais do terceiro quadrimestre de 2021, com o objetivo de cumprir o disposto no artigo 9º, § 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal, que determina que até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre.

Informo que esta audiência está sendo transmitida ao vivo através do endereço: www.saopaulo.sp.leg.br/transparência/auditórios-on-line, pela TV Câmara São Paulo no canal digital 8.3, também pelo YouTube e pelo Facebook da Câmara Municipal de São Paulo.

O convite para esta audiência está sendo publicado no *Diário Oficial da Cidade* desde o dia 10/2/2022 e foi publicado no jornal *Folha de S.Paulo*, no dia 2/02/2022; e no *Estado de S.Paulo*, no dia 17/02/2022. As inscrições para pronunciamento foram previamente abertas no *site* da Câmara Municipal de São Paulo desde o dia 9/02/2022, no endereço www.saopaulo.sp.leg.br/audienciapublicavirtual e permanecerão abertas até o final da fala do Secretário Municipal da Fazenda.

Foram convidados para esta audiência os Srs: Guilherme Bueno de Camargo, Secretário Municipal da Fazenda, acompanhado da Sra. Claudia Bice Romano, Chefe da Assessoria Econômica; e dos Srs. Fabiano Martins de Oliveira, Subsecretário de Planejamento e Orçamento Municipal, e Juarez Nunes Mota, Subsecretário Substituto do Tesouro Municipal - SUTEM; o Conselheiro João Antonio da Silva Filho, Presidente do TCM, representado pelo Sr. Marcos Thulyo Torreão Tavares, Agente de Fiscalização da Subsecretaria de Fiscalização e Controle; os Srs. Vereadores da Câmara Municipal de São Paulo e a sociedade em geral.

Bom dia, Sr. Secretário. Bom dia a toda a sua equipe.

A SRA. MÁRCIA HOSI - Sr. Presidente, apenas para anunciar a presença dos Srs. Vereadores Danilo do Posto de Saúde e Marcelo Messias.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Muito obrigado. Sejam bem-vindos. Com a palavra o Secretário Guilherme Bueno de Camargo.

O SR. GUILHERME BUENO DE CAMARGO - Bom dia, Sr. Presidente. Uma saudação a V.Exa., Vereador Jair Tatto, Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento. Também saúdo os Vereadores Marcelo Messias, Vice-Presidente, Danilo do Posto; todos os Vereadores da Comissão de Finanças e demais Vereadores presentes. Um abraço ao Dr. Thulyo, nosso representante do Tribunal de Contas do Município, e meus cumprimentos a todos os demais participantes desta audiência pública. Muito obrigado pela oportunidade.

Vou compartilhar uma apresentação.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – OK.

- Orador passa a se referir a imagens compartilhadas virtualmente.

O SR. GUILHERME BUENO DE CAMARGO – Sr. Presidente, Srs. Vereadores e todos que participam aqui, antes de começar a apresentação, propriamente dita, gostaria de colocar algumas circunstâncias importantes para o ano de 2021, que vão pautar a apresentação, enfim, todos os fatos relevantes que nós tivemos do ponto de vista da nossa execução financeira e orçamentária de 2021.

A primeira delas, que é importante fazer como uma premissa, quando o orçamento de 2021 foi aprovado, estávamos com um cenário, todos nós, especialmente quando fizemos a proposta orçamentária e quando a Câmara Municipal começou a debater o orçamento de 2021, estávamos com um cenário já de redução da pandemia, vamos dizer assim, um cenário que estávamos vislumbrando o fim da pandemia. Já no finzinho do ano e começo do ano de 2021 todos nós fomos aqui, não vamos dizer surpreendidos, mas enfim, fomos abalados com um recrudescimento da pandemia, talvez, - talvez não - certamente a pior fase da pandemia aconteceu no primeiro quadrimestre de 2021 onde a cidade teve média de mais de 200 mortes por dia e o país alcançou algo próximo de 4 mil mortes por dia durante um período longo. Foi a época daquela variante, a P1 de Manaus, um período bastante assustador para todos nós e isso,

obviamente, mudou totalmente o cenário que havia sido previsto na LOA, no projeto de lei orçamentário, que havia sido discutido e aprovado na Câmara.

Esse é um primeiro cenário, depois vou, obviamente, especificar um pouco mais isso, mas esse fato obviamente trouxe algumas alterações bastante importantes na execução. Primeiro do ponto de vista prudencial, nós tivemos que desacelerar algumas coisas, até porque nós não sabíamos para onde ia aquele momento crítico, chegamos muito próximo dos limites de ocupação de UTIs. O Sr. Prefeito, à época, Bruno Covas, chegou a cogitar a compra de vacinas, chegamos a conversar com laboratórios para ver se a gente conseguia comprar as vacinas, porque tínhamos ainda muita carência nas doses. Foi bem no começo da vacinação, então tentamos negociar a vacina com laboratórios. Teríamos com isso, se fosse possível fazer aquilo, um gasto com essa aquisição da ordem de bilhão ou bilhões. Por outro lado, mais uma vez, as despesas de saúde foram, mais uma vez, aceleradas e tivemos que investir novamente com UTIs, enfim, com os cuidados necessários para aplacar a crise que a covid nos trouxe.

Do outro lado, tivemos inflação bastante alta no ano de 2021. Tivemos uma inflação de 10% e uma das características que o Poder Público tem, que as finanças públicas têm, é que do ponto de vista de arrecadação a inflação é sentida muito rapidamente. Nós temos um crescimento nominal da arrecadação rápida na medida em que a inflação vai corroendo a capacidade de compra, mas por outro lado a despesa é afetada pela inflação um pouquinho mais tarde, com um pouquinho mais de postergação, porque os contratos são corrigidos mais tarde, enfim, há os momentos de correção contratual.

Por isso já estamos sentindo os efeitos da inflação, do ponto de vista dos nossos contratos, das despesas, agora em 2021. Então teremos, provavelmente, um aumento maior das despesas por conta desse avanço da inflação. Houve também uma arrecadação bastante superior à projetada, especialmente em razão do PPI, nós vamos detalhar um pouco melhor isso, mas só no ano de 2021, nós arrecadamos mais de 3 bilhões de reais com o PPI, que era uma necessidade, porque os cidadãos e contribuintes sofreram bastante com a pandemia, então o PPI foi uma forma de tentar mitigar um pouco esses efeitos.

Mas vamos passar para os detalhes começando com as receitas. Nas receitas nós tivemos uma arrecadação, e receitas correntes, da ordem de 70 bilhões e 343 milhões e a nossa receita total do ano de 2021 foi de 76 bilhões e 651 milhões, um número bastante superior ao ano de 2020, mas aí volto a fazer aquela observação, se descontarmos a inflação, já teríamos aí um abatimento bastante grande desse valor. Essa avaliação é uma avaliação nominal que não está expurgado o efeito da inflação. Agora uma coisa importante é que, se nós fizermos uma comparação num período mais longo, e aqui nós temos 3 anos 19,20, 21, expurgando a inflação desse período e tirando-se uma média teremos um crescimento bastante positivo. Mas é bom que não fique essa impressão de que nós tivemos um crescimento de 15.4 real porque aqui nós estamos falando de valor nominal com os efeitos da inflação.

Do ponto de vista da receita recorrente, que é aquela receita que todo ano se repete, ou deve ser repetir, que é a receita de tributos, nós tivemos um aumento de 16.8 e na receita não recorrente uma queda de 4.4, mas aqui é só olhar o ano de 2020 e vamos ver que a comparação é uma comparação muito difícil porque no ano de 2020 nós tivemos uma receita não recorrente muitíssimo alta, então a base de comparação acaba prejudicando o ano de 2021 e porque nós tivemos essa receita tão alta em 2021? São vários efeitos, nós tivemos aqui algumas questões que foram pontuais, no ano de 2020, que não se repetiram em 2021. Nós vamos também detalhar um pouco melhor isso.

Então, por exemplo, aqui nós temos, estou olhando as minhas tabelas, uma das coisas que nós podemos, enfim, colocar aqui como comparação é que em 2020 nós tivemos, por exemplo, já falei várias vezes nas audiências públicas que tivemos que, em 2020, nós tivemos a venda, a cessão de direitos para o Banco do Brasil da Folha de Pagamento, o direito de o Banco do Brasil fazer o pagamento dos nossos servidores e fornecedores. Isso foi quase um bilhão de reais. Nós tivemos também, no ano de 2020, os auxílios federais, seja pela lei complementar 173, seja também pelas transferências relativas à Covid, que também foram quase dois bilhões e 300 milhões de reais que não se repetiram em 2021. No ano de 2021 as transferências de Covid foram muito menores, foram de 794 milhões, contra um bilhão e 123 milhões, e os recursos

da lei complementar 173 obviamente não se repetiram em 2021. Então, aqui a explicação para essa queda de 4.4 nas não recorrentes.

Nas receitas de capital, nós tivemos um aumento grande e esse aumento de 26 tem algumas questões, mas o importante aqui é compararmos com a base de 2020, uma base muito baixa, então acaba levando esse número para um patamar mais alto, mas especialmente porque a comparação acabou ficando prejudicada pela redução de 2020.

Aqui já descendo um pouco para os tributos e para os itens das nossas receitas tivemos um crescimento de 23.8 nos impostos, taxas e contribuições de melhorias, também aqui é importante destacar o efeito da inflação e especialmente o efeito da base de comparação de 2020, que também acabou ficando prejudicado especialmente por conta do primeiro e segundo trimestre de 2020, que foi o início da pandemia, que nós tivemos um impacto muito forte na atividade econômica. Mas aí descendo vemos que, com relação ao principal, ou seja, que são realmente os impostos já deduzidos de multas, juros e outros acréscimos, tivemos um aumento de 19% mais uma vez a comparação aqui é importante porque a base de 2020 é uma base que foi abaixo do que se esperava. É importante também notar que com a redução da receita patrimonial de 30,8% mais uma vez uma comparação complicada com 2020 por conta de várias receitas extras que tivemos naquele ano. Volto a dizer a venda da conta do Banco do Brasil, a lei complementar 173, auxílio federal, todos os repasses da covid, aqui ainda podemos colocar também, devemos colocar também as outorgas, especialmente a outorga da concessão da zona azul do 2º semestre de 2020, que teve um ingresso bastante relevante de recursos por conta dessa concessão.

E aqui agora, detalhando por tributo, tivemos para o IPTU um crescimento real negativo, tivemos aqui o desconto da inflação, veremos que o crescimento foi negativo para o IPTU em 2021. O ISS teve um crescimento relevante, eu vou falar um pouco mais daqui a pouco, mais adiantando nós tivemos um aumento bastante significativo de algumas atividades econômicas. Primeiro uma recuperação de setores que em 2020 ficaram praticamente parados: setor hoteleiro, setor de eventos, que foram em 2021 retomando, e a base obviamente muito

negativa, então tivemos um crescimento aparentemente relevante.

Mas alguns setores de fato surpreenderam: setor de serviços digitais, acho que por conta do teletrabalho, por conta das compras on-line que as pessoas passaram a fazer em maior volume, em maior quantidade, por conta da pandemia. Isso trouxe indiretamente uma recuperação, ou melhor, um crescimento bastante forte do setor de tecnologia na nossa arrecadação.

O ITBI também com um crescimento muito relevante. Isso é o reflexo de uma recuperação do mercado imobiliário, que teve um pico em 2014, depois passou por uma crise bastante grande, forte, e o ano de 2021 foi de fato um marco dessa recuperação e o ITBI obviamente é um reflexo disso. Também temos o reflexo desse crescimento da construção civil também no ISS aqui nesses 26,7%, mas mais uma vez, aqui os valores são nominais e temos de descontar a inflação de praticamente mais de 10% no ano de 2021.

Aqui é o imposto de renda, o imposto de renda retido na fonte, que a Prefeitura faz a retenção e fica para o nosso Tesouro. O Fundo de Participação do Município e o ICMS tiveram um aumento vigoroso, mas aqui também a base de comparação é uma base muito forte porque esses dois tributos ficaram, ou melhor, o Fundo e o ICMS foram muito afetados pela pandemia, no ano de 2020, e, no ano de 2021, trouxe uma recuperação do ICMS. Inclusive aqui do estado de São Paulo teve recorde de arrecadação, no final do ano, de 18 bilhões de reais de arrecadação, então esse aumento está refletido aqui.

E o IPVA, mais uma vez, também da mesma forma que o IPTU, nós tivemos uma queda no real de arrecadação, descontada a inflação. Aqui, mais uma vez, uma comparação, que a gente sempre faz, do crescimento do PIB de São Paulo frente ao PIB do Brasil, e continuamos ainda com um descolamento. O Estado de São Paulo e a cidade de São Paulo estão crescendo mais do que a União, do que o País na média, e isso já tem de algum tempo. Esse descolamento já foi maior, parece que está havendo agora uma tendência para convergência, mas é importante notar como estamos com um desempenho no Estado de São Paulo – e obviamente a cidade de São Paulo é a locomotiva disso – com um descolamento em

relação ao restante do País. Um dos efeitos disso é que tivemos um saldo positivo de geração de empregos na Cidade, acumulado, de 336 mil empregos em 2021. Dezembro é um mês sazonal, e a sazonalidade sempre indica uma queda, mas a curva é bastante positiva, o que mostra que estamos tendo uma boa recuperação econômica, e esperamos que assim continue.

Em relação a receitas de capital, tivemos uma queda de 76% das operações de crédito, e isso, basicamente, decorre da quase ausência de operações de crédito em 2021, quando tivemos pequenas operações com PMAT, BNDES, PNAFM, que são valores pequenos. O único valor mais relevante que tivemos em 2021 – e mesmo assim em decréscimo em relação a 2020 – foi o financiamento que temos com o BID para investimentos na área da saúde. Tivemos 115 milhões de reais na área da saúde para construção de unidades, de UPAs e compra de equipamentos, basicamente. Mas isso, em comparação com 2020, foi bem abaixo, especialmente porque em 2020 tivemos uma operação grande de asfaltamento, e esse financiamento já foi consumido. Então, essa a razão dessa redução. Também houve uma redução grande na alienação de bens. O ano 2020 foi muito positivo nesse sentido. Infelizmente, em 2021, a Prefeitura não conseguiu repetir.

Em relação às despesas, tivemos, por várias razões, um aumento bem menor do que as receitas. Isso, como será explicado daqui a pouco, é uma das razões para o superávit que tivemos este ano. Há algumas razões para isso, e a primeira delas, como eu aos senhores bem no início da apresentação, é que tivemos uma desaceleração no primeiro trimestre. Em razão de prudência e mesmo das peculiaridades da pandemia, que evitou uma série de atividades, tivemos a redução de despesas correntes.

Tivemos uma limitação, imposta pela Lei Complementar 173, de aumento de despesa de pessoal. Os senhores verão que isso refletiu nas despesas de pessoal, que cresceram bem abaixo do que costumam crescer ordinariamente. Isso foi, certamente, decorrência da Lei Complementar 173, que nos impôs uma série de limitações para aumento de gastos com pessoal.

Por outro lado, é importante dizer que o efeito da inflação no campo das despesas

costuma ser diferido por conta dos contratos. A indexação monetária costuma ocorrer para nós, para o serviço público, depois do aumento das despesas. Então, certamente em 2022 teremos um repique da inflação, que vai compensar esse aumento abaixo da inflação, abaixo das receitas desse ano.

Para começarmos a detalhar, já vemos aqui os efeitos da Lei Complementar 173. Tivemos um aumento de 4,9%, que é um aumento abaixo da inflação. Esse é um crescimento que geralmente não acontece; ele é muito abaixo da média de crescimento da Folha de Pagamento da cidade de São Paulo. Isso foi, certamente, efeito da Lei Complementar, que nos impedir de que houvesse aumento de despesas com pessoal, ou melhor, limitou bastante os aumentos de despesa de pessoal até 31-12-2021.

Do ponto de vista de juros e encargos da dívida, tivemos um aumento brutal, de 177%, mas ele está totalmente explicado, porque em 2020 tivemos a suspensão do pagamento da dívida com a União. Durante vários meses, desde o início da pandemia até o final do ano, a Prefeitura deixou de pagar, por disposição legal, em decorrência do cumprimento da lei, a nossa dívida. Então, obviamente, em 2021, com a retomada desse pagamento, esses valores cresceram muito acima do previsto.

Nessa imagem, um pequeno quadro do investimento. Tivemos um investimento total em 2021 de 3,8 bilhões, o que é um bom número do ponto de vista de investimento histórico da Prefeitura, especialmente em primeiros anos de gestão – quando, sazonalmente, o nível de investimentos costuma cair; historicamente é assim. Mas, se fizermos uma comparação com 2018, especialmente 2019, tivemos até um aumento razoável do investimento. Ainda assim, é importante dizer, esse investimento ficou abaixo da capacidade de investimento da Prefeitura. Poderíamos ter investido mais do que 3,8 bilhões, embora esse valor seja um bom número. Teríamos capacidade financeira para investir mais, e, obviamente, várias circunstâncias - especialmente essa questão do primeiro ano de gestão, a pandemia e outras questões - atrasaram a realização desses investimentos. A expectativa é que a partir de 2022 consigamos ter um fluxo de investimentos mais acelerado e mais forte.

Do ponto de vista das inversões financeiras, os valores são pequenos, penso que não têm muita relevância.

Quanto à amortização da dívida, reforço que esse aumento de quase 200% foi decorrência simplesmente da retomada dos pagamentos da dívida com a União, após a suspensão, determinada por lei, durante a pandemia.

Quanto aos restos a pagar de 2021, tivemos um aumento. Nossa inscrição de restos a pagar em 2021 foi de 6,9 bilhões, frente as 5,8 bilhões em 2020. Esperamos conseguir fazer com que esse fluxo de restos a pagar seja liquidado e pago ao longo desses próximos meses.

Do ponto de vista de outras despesas de custeio, que chamamos de ODCs, queria só chamar a atenção para o fato de ter havido um aumento bastante forte ainda das despesas da saúde. Tivemos um aumento nominal de 28% nas despesas de saúde, o qual, descontando-se a inflação, ficaria em torno de 18% de aumento real. Isso é ainda fortemente impactado pela pandemia.

Tivemos um aumento muito forte das despesas de educação, também, e, aí, basicamente, é um reflexo do aumento de receitas. Uma vez que temos o percentual mínimo de despesas com educação, à medida que aumentam as receitas, nós temos de proporcionalmente aumentar as despesas com educação. Então, elas refletiram esse aumento de arrecadação.

As despesas de assistência social cresceram 47,9%, em valores nominais – descontando-se a inflação, 36,8% –, também em decorrência da pandemia. Nós tivemos auxílio emergencial no ano passado. Tivemos uma série de operações, de fornecimento de marmitas, de comida, de hotéis emergenciais, enfim. Então, essa função da assistência social também foi muito impactada com a pandemia, ainda em 2021.

Agora, então, entramos nos resultados finais. Aqui, mais uma vez, é uma receita total de 76,6 bilhões, para despesas de 73,42 bilhões. Então, temos um resultado positivo de 3,22 bilhões de reais.

Fazendo o nosso quadro do resultado primário e resultado nominal, nós tivemos um resultado primário de 8,8 – quase 8,9 – bilhões, para uma meta fiscal, que foi definida na LDO, de 2,5.

Gostaria de lembrar V.Exas. e todos que estão aqui de que, quando nós revisamos a meta de déficit, foi na LDO de abril, ou seja, bem no auge da pandemia, da variante P1, que estava matando mais de 200 pessoas só aqui, na cidade de São Paulo, e em torno de quatro mil no país. Então, entendemos, naquele momento, que, por prudência, precisaríamos rever nossos resultados, para nos prepararmos para o que poderia ser o pior. Por sorte, não foi o pior cenário. Conseguimos superar aquela dificuldade inicial, mas, naquele momento, o cenário era aquele.

Então, há um resultado nominal acima da linha, de 6,9, já considerando, aqui, os juros e os encargos ativos e passivos, chegando, portanto, ao resultado nominal de 6,9 bilhões, diante de uma meta fiscal, na mesma forma, no mesmo raciocínio para a meta fiscal, de 4,9.

Aqui, então, há este quadro importante, que são os nossos limites sobre a receita corrente líquida. Do ponto de vista de despesas com pessoal, nós estamos bem abaixo dos limites. Temos uma margem muito grande de garantia de valores para eventuais financiamentos e estamos, também, bastante tranquilos com relação aos limites para operações de crédito, bem abaixo em todos eles.

Aqui, é nossa dívida consolidada líquida, que continua com tendência de redução. Se realmente for efetivado o acordo com a União, da compensação da nossa dívida com as indenizações eventuais do uso do Campo de Marte, nós estaremos, então, praticamente, deixando como única dívida da Prefeitura os precatórios, que estão na ordem de 18 bilhões de reais.

Fora isso, a Prefeitura não terá absolutamente nenhum passivo e, do ponto de vista da dívida consolidada, nós ficaríamos em uma situação inédita, de ficarmos positivos. Se hoje nós estamos com a dívida consolidada líquida, que é a linha 3, em 18 bilhões, esse acordo gira na faixa de 25 bilhões, que é o nosso saldo da dívida contratual. Nós ficaríamos com sete bilhões positivos e é um resultado inédito para a cidade de São Paulo praticamente não ter nenhuma

dívida – a não ser a dívida com precatórios, que esperamos também conseguir resolver até o final desta década.

Então, aqui há um gráfico, mostrando a tendência. Essa tendência começou no Governo Haddad, com a renegociação da dívida, que nos deixou em um patamar abaixo de 100% da receita corrente líquida, e hoje estamos com 26,4%, provavelmente com tendência de zerarmos isso assim que tivermos o fechamento desse acordo – que não foi fechado, ainda, mas há uma boa perspectiva para que ele ocorra nos próximos dias.

Era esse o resumo, Sr. Presidente. Muito obrigado pela oportunidade. Como sempre, ficarei à disposição para esclarecimentos adicionais, assim como a minha equipe que está aí – a Claudia, o Fabiano e o Juarez. Estaremos à disposição para tirar dúvidas e, enfim, fazer qualquer outro esclarecimento.

Muito obrigado a todos pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Secretário. Dr. Marcos Thulyo, tem a palavra. Depois, partiremos para as inscrições.

A SRA. MÁRCIA HOSI – Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Pois não?

A SRA. MÁRCIA YOSHIMI TANIGUCHI HOSI – É Márcia. É só para avisar que o Vereador Fabio Riva está na audiência.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Bem-vindo, Líder do Governo Fabio Riva, que também é membro desta gloriosa Comissão. Bom dia, Vereador Fabio Riva.

O SR. FABIO RIVA – Obrigado, Vereador Jair Tatto. Meu sinal de internet está um pouco ruim, mas quero cumprimentar V.Exa. pela presidência da Comissão de Finanças, bem como meu amigo, o Secretário Guilherme Bueno, e todos os que estão participando desta importante prestação de contas do Executivo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Vamos ouvir o Dr. Thulyo Tavares, pelo Tribunal de Contas do Município.

O SR. MARCOS THULYO TORREÃO TAVARES – Obrigado, Presidente.

Primeiramente, bom dia a todos. Eu gostaria de cumprimentar todos os Vereadores presentes, todos os colegas da Secretaria da Fazenda e também os munícipes que nos acompanham nesta audiência pública de hoje.

Lá, no Tribunal de Contas, nós estamos em fase de finalização das auditorias que irão subsidiar o nosso Relatório Anual de Fiscalização acerca das contas da Prefeitura referente ao exercício de 2021. Então, não sei se todo mundo tem isso na cabeça, mas, só para colocar aqui um pouco do cronograma, a Prefeitura vai entregar o balanço geral do exercício até o final do mês de março. Nós, da auditoria, concluiremos o nosso Relatório Anual de Fiscalização e, em seguida, ele será submetido ao Conselheiro-Relator, que encaminhará para a Procuradoria da Fazenda realizar uma defesa, antes da apreciação pelo plenário do relatório. Esse relatório servirá de base para o parecer prévio das contas do Executivo e, em seguida, o parecer segue para a Câmara, para julgamento.

Então, estão em andamento, como eu falei, as auditorias. Uma delas é a auditoria de gestão financeira, que eu gostaria de destacar. Essa auditoria tem um foco de buscar os elementos que expliquem a evolução recente das finanças municipais. Foram levantadas algumas questões durante essa auditoria. Eu vou citar aqui apenas algumas e, também, alguns comentários que o Secretário fez na sua apresentação.

A primeira questão: quais são as razões para o forte aumento dos recursos livres da Prefeitura e como o Município pretende utilizar esses recursos e em qual horizonte de tempo? Então, essa foi uma das dúvidas que nós suscitamos na nossa auditoria. Conforme o cálculo, os recursos em caixa no final do ano, em 31 de dezembro de 2021, atingiram o montante de 13 bilhões de reais. Esses são os recursos livres, ou seja, podem ser alocados em qualquer tipo de despesa. Não são recursos vinculados. Isso representa um aumento por volta de 40% em relação ao ano anterior, um aumento bem acima da inflação.

Aqui, cabe mencionar, também, o acordo referente ao Campo de Marte, que tende a contribuir para a melhoria dos recursos livres no médio prazo. Por outro lado, também é

importante consignarmos que, conforme o Secretário mencionou em sua fala, considerando as diversas vedações impostas pela Lei Complementar 173, que não permitia reajuste de pessoal durante a pandemia, agora há uma crescente pressão por esses reajustes, o que pode impactar, negativamente, nessa questão dos recursos livres.

Uma segunda questão que nós levantamos durante a nossa auditoria foi a seguinte: quais as razões para a redução generalizada dos investimentos em 2021 nesse cenário de crescente acúmulo de recursos em caixa pela Prefeitura? Identificamos, e como o Sr. Secretário também mostrou na sua apresentação, só detalhando um pouquinho mais a linha de investimentos, identificamos que as funções Urbanismo e Educação, por exemplo, tiveram quedas acima de 70%, tanto na liquidação quanto nos pagamentos dos investimentos entre 2020 e 2021 - em valores nominais, sem levar em conta a inflação. Já no tocante à questão da Saúde, teve queda de 30%, tanto na liquidação quanto nos pagamentos, dos investimentos.

Dentre as funções mais relevantes, financeiramente, apenas habitação e trabalho apresentaram um crescimento, de modo que o total liquidado no grupo de natureza de investimentos do Município caiu 37% entre 2020 e 2021. Quando analisamos, considerando apenas o valor pago pelo Tesouro Municipal na fonte 00, que representa os recursos livres, as despesas totais do grupo investimentos sofreram cortes de 51% entre 2020 e 2021.

Estamos, no momento, trabalhando junto a áreas da Secretaria da Fazenda e também da Secretaria de Governo para buscar informações que ajudem a esclarecer essas questões, porém o Secretário já comentou em sua fala que o fato de ser o primeiro ano de mandato impacta na velocidade de execução das despesas de investimentos, que de fato existe essa sazonalidade e que, portanto, os investimentos devem ser retomados ao longo dos próximos meses.

Sr. Presidente, são essas as considerações iniciais do Tribunal de Contas. Gostaríamos de nos colocar à disposição. Obrigado a todos e uma ótima audiência.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Thulyo. Passaremos aos oradores inscritos e, em seguida, abro a palavra aos Srs. Vereadores. Nosso agradecimento à Sra. Eliane e ao Sr. Ricardo, intérpretes de Libras.

Tem a palavra o Sr. Felipe Bazzo Torres. (Pausa) Ausente. Sra. Evelyn Bispo dos Santos. (Pausa) Ausente. Sr. Samuel Gonzaga. (Pausa) Ausente. Sra. Marcia Peroni. (Pausa) Ausente. Sra. Stefania Esteca. (Pausa) Ausente. Sr. Antonio Marcelo de Souza Lima (Pausa) Ausente.

Com a palavra, Rapper Pirata. Parabéns pela incursão no curso de Direito.

O SR. RAPPER PIRATA - Em nome do Sr. Presidente Jair Tatto, cumprimento todos os Srs. Vereadores. Em nome dos funcionários da Câmara, quero cumprimentar todos os funcionários públicos da cidade de São Paulo e contra o genocídio, como sempre.

Ficamos contentes em ouvir o Secretário Guilherme, única pessoa das Finanças que sempre traz notícias boas para a cidade de São Paulo. Agora ele disse que iremos ficar no azul. Faz uma fala importante: tem uma capacidade de investimento “x”, que ainda está um pouco tímida. Há investimentos, o que é importante, mas continua tímido. Essa timidez não chega na Cultura.

Gostaria de solicitar à Subcomissão de Cultura, de 15 em 15 dias, também que consigamos fazer esse diálogo dos gastos na área da Cultura durante o ano todo. Se conseguirmos falar com a Secretaria de Finanças, nos ajuda bastante.

Finalizando. Gostaria de entender: se tem tanto dinheiro, 13 bilhões de recursos livres, que são importantes para a cidade de São Paulo, por que temos quatro anos com falta de investimento? E agora tem um governo que está investindo - temos que reconhecer isso, mas tem a timidez – por que está pedindo dinheiro emprestado? Se tem tanta grana, por que endividar a cidade? Por que dinheiro emprestado se você tem a sua própria capacidade de investimento?

Nós da área da Cultura precisamos da participação social. Não estamos conseguindo falar com os Secretários. O Prefeito Ricardo Nunes tem o hábito de circular, dialogar com a população, mas não vemos isso refletido nos Secretários. Eles querem falar com três, cinco

pessoas, e esse tipo de política não funciona. Por isso sempre falamos que não tem investimentos. A Cultura tem 643 milhões e está tímida no seu investimento. Não vai conseguir gastar se continuar assim. Estão privatizando as Casas de Cultura, não pode acontecer isso e também programas tipo VAI. Estamos em março e o VAI não foi publicado até agora.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Com a palavra o Vereador Marcelo Messias.

O SR. MARCELO MESSIAS - Sr. Presidente, apenas dizer que estou feliz em fazer parte desta Comissão, fazer parte dessa tão importante mudança na receita da Cidade. Sabendo, como disse nosso Secretário, se concretizar a questão do nosso Prefeito com Brasília, que é o Campo de Marte, vamos passar a fazer, positiva e financeiramente, com certeza, daqui para frente, os investimentos necessários a nossa cidade. Estou muito feliz em participar dessa história da nossa Cidade, Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, nosso Vice-Presidente Marcelo Messias.

Vereador Danilo do Posto de Saúde.

O SR. DANILO DO POSTO DE SAÚDE - Bom dia, Presidente. Bom dia, Vice-Presidente Marcelo Messias, e a todos que fazem parte dessa audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Muito bem. Nobre Vereador Fabio Riva, Líder do Governo.

O SR. FABIO RIVA – Presidente Jair, estou com problema de internet. Não estou conseguindo recepcionar o sinal.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Nós estamos ouvindo bem V.Exa.

O SR. FABIO RIVA – Queria cumprimentar mais uma vez V.Exa., o Secretário Guilherme e a todos os Vereadores que compõem a Comissão de Finanças, Marcelo Messias, Danilo e realmente a cidade vai ter uma capacidade de investimento impressionante e, tenho certeza, de que o Prefeito Ricardo Nunes, inclusive com a ajuda dessa Comissão, capitaneado

pelo Secretário Guilherme, vai ter possibilidade de implementar os projetos importantes para a cidade, não só na área da cultura, mas principalmente na área de habitação de interesse social. Acho que essa é uma bandeira importante de luta sei o quanto você luta por isso também, Jair, mas a importância de olharmos a cidade como um todo, mas acho que habitação hoje grita e grita alto para que a gente possa dar uma resposta com maior capacidade de investimento da história em habitação de interesse social e em tantas outras áreas. Acho que todas as áreas merecem a atenção, mas nós temos uma carência habitacional impressionante na cidade e é o momento de a gente dar essa resposta à sociedade, principalmente, para as pessoas que precisam.

Muito obrigado e um ótimo dia de trabalho para todos.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Vereador Fábio Riva, Vereadora Janaína Lima, bem-vinda novamente conosco na Comissão, bom dia, boa tarde já, bom dia, Vereadora, quer usar a palavra?

A SRA. JANAÍNA LIMA – Bom dia, meu Presidente, gostaria aqui de cumprimentá-lo, mais um ano à frente da nossa Comissão, cumprimento o nosso querido Secretário Guilherme, que fez aí uma brilhante apresentação. Eu fiz algumas considerações, Presidente, não sei se eu consigo passar, eu posso colocar um resumo?

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Pois não, Vereadora, pode seguir.

A SRA. JANAÍNA LIMA – Bom, acho que eu não vou conseguir, mas de todo modo eu queria ter destacado aqui em seguida apresentar algo que eu achei muito relevante que foi o detalhamento que foi possível mostrar para o cidadão do cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, então eu quero aqui, é só uma forma de exemplificar o brilhante trabalho que tem sido conduzido pelo nosso Secretário Guilherme. Acho que todas as ponderações anteriores são muito importantes e que possamos continuar nessa parceria fazendo um bom trabalho pela cidade.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Muito bem, eu faço justiça aqui, eu me lembro, vou ver se eu consigo lembrar de todos os Secretários que eu tive a oportunidade de conhecer,

acompanhar, ou na condição de Presidente, ou de membro. Lembro-me do Marcos Cruz, Caio Megale, Duchateau eu não participei da Comissão no período dele, vamos lá: Caio Megale, Marcos Cruz, tivemos o Rogério Seron. Olha aí nomes que nós estamos vendo, nomes de expressão que estamos vendo na mídia ocupando cargos estratégicos. Ou seja, no poder público ou na economia privada.

Quero aqui dizer que seguindo à risca o Secretário Guilherme Bueno, nobres Vereadores e munícipes, vocês têm feito um trabalho, o Thulyo também tem conhecimento disso, no que diz respeito à responsabilidade fiscal com as contas públicas. Então, eu acho que seja qual for o Governo, nobre Líder Fabio Riva, a cidade de São Paulo hoje tem uma saúde financeira exemplar para o Brasil. Obviamente que isso custou algumas insatisfações, mas enfim quando se fala da Lei de Responsabilidade Fiscal nós temos que ter muita responsabilidade com as Finanças Públicas, não é, Secretário. Então, eu quero dizer que no período já são oito anos estando a frente dessa Comissão, 4º ano na condição de Presidente e quero parabenizar a todos que estiveram aí e V.Exa. como permitir por essa capacidade. Vem um questionamento que V.Exa. e o Thulyo terão a palavra do rapper Pirata de que nós precisamos acelerar o gasto. Nós estamos arrecadando bem, mas precisamos gastar bem, não é isso, gastar com rapidez. E aí as outras Secretarias que cuidem de gastar.

Então, tem a palavra na ordem pode ser o Thulyo ou pode ser o Dr. Guilherme. Pode ser o Thulyo primeiro aí encerramos com o Secretário.

O SR. MARCOS THULYO TORREÃO TAVARES – Presidente, acredito que o questionamento do rapper Pirata foi mais para o Secretário, mas só a título de comentário, realmente, de fato, é um questionamento interessante de porque o município resolve fazer operações de crédito quando tem caixa disponível para fazer esse tipo de operação. Pode ser que seja interessante fazer operação de crédito mesmo tendo recursos em caixa até porque algum recurso em caixa é sempre necessário, como se fosse um capital de giro, digamos assim, mas mesmo a mais do que esse recurso em caixa para capital de giro pode ser interessante serem feitas as operações de crédito desde que as condições para aquela operação sejam

satisfatórias tanto de taxa de juros quanto de parceria com outros órgãos e instituições. Então, por exemplo, o município pode pegar operações de crédito externas e isso pode de alguma maneira melhorar o relacionamento tanto do município quanto do Brasil com outras instituições também fora do país entre outros motivos, mas sim eu acredito que tem espaço para fazer políticas públicas que vão, obviamente isso levando em conta a eficiência do gasto.

O Tribunal de Contas não vai barrar a administração de fazer políticas públicas. Talvez, algumas pessoas possam ter essa sensação de que o Tribunal de Contas também fica barrando e tal. O Tribunal de Contas permite que a administração faça as políticas desde que elas respeitem alguns princípios: princípio da economicidade, legitimidade, enfim, legalidade, são alguns dos princípios que a administração deve respeitar quando estiver fazendo então só esse comentário, Sr. Presidente.

O SR. MÁRIO – O Vereador Gilberto Nascimento está presente e eu estou com a apresentação da Vereadora Janaína pronta aqui que ela pediu para colocar.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Precisa ver o tempo que leva a apresentação da Vereadora Janaína, por conta de o tempo estar se esgotando, de qualquer maneira, eu passo a palavra, bem-vindo, Vereador Gilberto Nascimento, tem a palavra o Vereador. Janaína, você tem uma exposição a fazer é isso?

A SRA. JANAÍNA LIMA – Não, Presidente, eu só pedi para o Mário para compartilhar a apresentação para o conhecimento do Secretário, dos Vereadores e cidadãos para a gente fazer esse registro.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Ok, então, V.Exa. deixa a apresentação conosco e eu já peço ao Secretário, como de costume, que já está a nossa disposição obviamente a apresentação do Secretário, não é isso. Vereador Gilberto Nascimento me ouviu?

Então, as considerações e respostas do Secretário Guilherme Bueno de Camargo.

O SR. GUILHERME BUENO DE CAMARGO – Muito obrigado, Presidente, quero agradecer a todos pelos comentários, pelas observações, e quero aqui dizer, Sr. Presidente só reforçando que V.Exa. colocou, que São Paulo vive, de fato, um momento bastante especial do

ponto de vista das suas finanças e o mérito não é do Guilherme, o mérito é primeiro de todos que passaram por aqui nos últimos anos incluídos os Prefeitos, que, obviamente, deram como diretriz a responsabilidade fiscal. E também aqui a equipe da Secretaria da Fazenda, que, realmente, é uma equipe extremamente qualificada, extremamente ciosa da responsabilidade fiscal, de seus deveres. Então, é uma honra estar aqui neste momento especialmente, mas meu mérito é bem diluído com todos esses atores nos últimos anos.

Queria, primeiro, responder ao Rapper Pirata, se V.Exa. me permitir, Sr. Presidente, antes de entrar nas observações do Thulyo, que são um pouco mais técnicas e gostaria de explorar um pouco mais. Primeiramente, quero desejar sucesso ao Rapper Pirata no novo desafio e dar a ele uma boa notícia: pela primeira vez nos últimos anos, Rapper Pirata, nós não contingenciamos nenhum centavo da cultura. Então, 100% dos recursos da cultura de 2022 estão liberados já de pronto. Isso nunca tinha acontecido, pelo menos nos últimos anos, e desta vez são 100% dos recursos liberados.

A segunda coisa é em relação a operações de crédito. A primeira coisa que precisamos dizer é que temos pouquíssimas operações de crédito. Das que possuímos hoje, a única relevante é a operação de crédito do BID, que foi celebrada em 2018, que é uma operação para investimentos na área da saúde. Temos uma outra, assinada no finalzinho do ano de 2021, mas que ainda não teve nenhum desembolso, que é a para construção do corredor de ônibus da Aricanduva. Essa é uma operação que está há 3 anos em andamento, e conseguimos concluí-la agora.

Esta é uma resposta mais técnica, mas que é importante: é obvio que, havendo recurso em caixa, a Prefeitura faz uma análise do custo de oportunidade, só vale a pena agora fazer a operação de crédito do ponto de vista financeiro se na arbitragem de juros e remuneração de dinheiro tivermos alguma vantagem, obviamente. Porém, há uma questão importante - acho que o Thulyo, de certa forma, colocou -: é a de que, em alguns casos, a operação de crédito nos dá um elemento adicional muito importante. Por exemplo, nós temos uma operação de crédito com o BID – essa relativa à saúde -, e o que vem junto com essa operação de crédito, além dos

recursos, é um auxílio técnico, uma assessoria técnica, um acompanhamento técnico, um modelo de trabalho que facilita muito a execução dos projetos. Então, esses organismos internacionais – BID, Banco Mundial e outros – têm uma tecnologia de auxílio, de assessoria, de monitoramento que favorece muito a Prefeitura do ponto de vista da execução. Então, em alguns momentos, e não foi o caso desse, embora isso tenha muito valor; mas, quando se pediu esse recurso para o BID, precisávamos do recurso mesmo, não tínhamos essa folga que temos hoje. Mas o que vem junto, como eu disse, é muito importante. Então, a Secretaria da Saúde, hoje, tem toda uma tecnologia para fazer a gestão, e a gestão desse financiamento inclusive vem sendo expressamente elogiada pelo próprio BID em função disto: de uma conjunção de esforços, de competências que faz com que o investimento fique mais fácil de ser realizado. Então, nem sempre é só recurso. Assim, ainda que cogitemos hoje fazer operações internacionais, boa parte disso vem por conta de toda essa infraestrutura que vem junto com esse financiamento.

Temos muito poucos financiamentos hoje, praticamente não temos endividamento quase nenhum com o operações de crédito. Tenham certeza de que a Secretaria da Fazenda sempre fará a comparação do custo de oportunidade; ou seja: o que é melhor? Gastar o recurso que está disponível ou fazer operação de crédito? A operação de crédito só irá acontecer, obviamente, quando houver realmente uma vantagem para o interesse público. Quanto isso, podem ficar absolutamente tranquilos.

Agora, quero fazer uma resposta genérica em relação às observações do Thulyo, que são muito importante. Ele tem toda razão quando coloca a questão dos recursos disponíveis. Volto a dizer – faço isso sempre -: esses superávits são circunstanciais. Eles aconteceram em razão de uma série de fenômenos que não estavam previstos e que acabaram nos levando para isso. De um lado, recursos extras, aumento de arrecadação, o PPI, auxílio federal, auxílio Covid-19, inflação - que é um forte elemento de aumento da arrecadação -; de outro lado, uma redução de despesas, também por várias razões: investimentos, custeio por conta da pandemia, por conta da Lei Complementar 173, que limitou reajustes salariais e aumento nas despesas de pessoal *etc.*

O primeiro ano de governo é geralmente um ano em que há uma revisão das prioridades, é um momento em que fazemos o Plano de Metas, é o momento em que revisamos o PPA. Fizemos um bom investimento em 2021, ele foi historicamente bom. O Thulyo faz uma comparação com a liquidação e pagamento. Quando olhamos o quanto foi empenhado, ou seja, quanto empenhamos em termos de investimentos, os números são bons; mas a Prefeitura reconhece que está aquém da nossa capacidade. O que precisamos agora é acelerar os investimentos.

Também quero citar mais um elemento. Tivemos uma tragédia, que começou em abril, com a internação do nosso querido ex-Prefeito, que veio a falecer em maio. Obviamente, essa transição também causa paralisia até que consigamos retomar as coisas. Estamos muito empenhados – Thulyo, Sr. Presidente, Srs. Vereadores e demais presentes – em fazer os investimentos no Plano de Metas. Nosso Plano de Metas é bastante ambicioso, tem investimentos previstos de mais 20 bilhões de reais até o final da gestão. Então, esses recursos serão canalizados agora para os investimentos do Plano de Metas. Claro que cada Secretaria precisará se aparelhar, se preparar para que a execução desses investimentos ocorra, tenha o seu fluxo normal, o que não é fácil. A gestão pública fazer investimento é difícil, há vários obstáculos que têm que ser superados. Mas a Prefeitura, o Prefeito e todos nós aqui estamos empenhados em cumprir o Plano de Metas e esse plano de investimentos de mais de 20 bilhões de dólares até 2024. Então, para que não fique nenhuma dúvida, nós prezamos pela responsabilidade fiscal, mas também, obviamente, não queremos entesourar recursos, queremos investir os recursos na Cidade. Os recursos devem ser investidos na Cidade e serão investidos na Cidade. Eles foram objeto, agora, de superávit, como eu disse, circunstancial, mas agora é o momento em que a Prefeitura está fazendo as máquinas funcionarem para chegarmos ao final da gestão e termos o Plano de Metas - que foi pactuado entre a gestão, a Câmara Municipal e a sociedade – executado, e que nós apliquemos realmente os recursos para os cidadãos, para as periferias, enfim, para as demandas que esta cidade imensa tem.

É isso. Acho que, do ponto de vista dos esclarecimentos, eram esses os que eu

gostaria de fazer. E tendo mais alguma outra questão, estou à disposição, Presidente, assim como a minha equipe.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Secretário. Obrigado a todos os Vereadores e Vereadoras presentes; obrigado, Thulyo, obrigado aos munícipes presentes. Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente audiência pública. Um bom feriado e um bom trabalho a todos.